



JOURNAL OF  
GLOBAL STUDIES

ISSN 1518-1219

<http://www.meridiano47.info>

**Hugo Rogelio Suppo**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Rio de Janeiro – RJ, Brazil  
([hugosuppo@mac.com](mailto:hugosuppo@mac.com)).

## A “máquina diplomática cultural” da Quarta República Francesa no Brasil (1946-1958)

A “cultural diplomatic machine” of the French Fourth Republic in Brazil (1946-1958)

DOI: <http://dx.doi.org/10.20889/M47e17004>

Meridiano 47, 17: e17004, 2016

### Resumo

Análise das determinações históricas e políticas que pautaram a montagem de uma nova diplomacia cultural para a América Latina e o Brasil em particular, ao longo do período da Quarta República Francesa. A França, em declínio, se apoia inicialmente no seu prestígio cultural prévio para tentar se reposicionar no mundo. Entretanto, logo percebe que é necessário construir uma outra imagem dela mesma, inspirando-se no sucesso do modelo americano.

### Abstract

Analysis of historical and political determinations that guided the assembly of a new cultural diplomacy for Latin America and Brazil in particular, over the period of the French Fourth Republic. France, in decline, is based initially on their previous cultural prestige to try to reposition itself in the world. However, soon realizes that it is necessary to build another image of herself, inspired by the success of the American model.

**Palavras-chave:** América Latina; Brasil; diplomacia cultural; política cultural; Quarta República Francesa

**Keywords:** Brazil; cultural diplomacy; cultural policy; French Fourth Republic; France-Latin America relations

**Recebido:** 1º de fevereiro de 2016

**Aceito:** 1º de março de 2016

#### Copyright:

• This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.

• Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



### Introdução

O mês de outubro de 1945 marca, oficialmente, o fim da Terceira República francesa. Entretanto, aquela que ficou conhecida como *‘la plus longue des républiques’*, iniciada em 1870, termina, de fato, em 1940, a partir da instauração da chamada *Révolution nationale*, chefiada pelo marechal Pétain. Órgãos como o *Gouvernement provisoire de la République française* (GPRF) e

a *Assemblée consultative* foram criados durante a resistência, ao serviço da estratégia do General de Gaulle. Em 1944, após a *Libération*, enfim, é necessário cobrir rapidamente o vácuo jurídico e político existente.

O impasse acaba com a instauração da Quarta República, que se inicia em outubro de 1946, a partir da promulgação de uma nova Constituição. Muito mais efêmera que a anterior, contudo, ela só vigora até 1958.

A questão da *épuration* e da anistia, após o doloroso período da *collaboration*, serão os debates mais importantes do período. Dois grandes fatos internacionais encontrarão intensos ecos internos na Quarta República, provocando também rupturas e tensões: a guerra fria e a descolonização.

Entretanto, é uma mudança de caráter estrutural que determina todas as questões externas e internas: a França, após a *défaite* de junho de 1940, não tem mais exército, dinheiro, nem sequer *‘audience internationale’*. Liberada em 1944, reencontra os vencedores em 1945, fazendo parte inclusive do Conselho de Segurança da ONU, como membro permanente, mas já não é mais uma grande potência militar e depende no plano comercial e financeiro dos Estados Unidos. Mesmo no plano cultural, apesar do sucesso do existencialismo de Sartre e do mítico Saint-Germain-des-Près, a França das Luzes e da Grande Revolução deve concorrer doravante com dois outros modelos bem mais sedutores: o da tecnologia norte-americana e o da ideologia soviética (BOUVIER et al. 1986, p. 261).

Sendo assim, o caminho eleito pelos líderes da Quarta República para restabelecer a grandeza do país e seu lugar no concerto internacional foi o de seguir uma política independente de Washington – pelo menos até 1949. O General De Gaulle, figura emblemática que domina a política nacional durante todo o período, mesmo quando não exerce diretamente o poder é consciente das limitações francesas mas tenta, ainda que com uma boa dose de voluntarismo e “messianismo”, mudar a situação. Assim ele se posiciona, em 4 de setembro de 1945:

“Nous reprenons notre place dans le monde... Au point de vue de l’univers, nous avons à participer, en tenant notre rang, aux difficiles règlements de la paix, à l’organisation du monde, à la coopération internationale, faute de quoi la race des hommes irait à de nouvelles et affreuses catastrophes...” (citado por DULPHY, 1994, p. 7)

Podemos, a partir de então, afirmar que a política externa da Quarta República significa uma ruptura total com o passado?

Segundo Jean-Baptiste Duroselle, não há ruptura: a Quarta República aplica a política externa tradicional da França:

“Au total, la civilisation, traditionnellement admise en France, et surtout par la IIIème République, s’incorpore à une tradition économique, à une tradition civilisatrice et “missionnaire”, mais aussi et surtout à une volonté de puissance, celle de rester au premier rang. Ceci nous amène à découvrir un autre élément de la tradition de politique extérieure française et que l’on pourrait appeler la primauté du politique sur l’économique.” (DUROSELLE, 1963, p. 355)

O General De Gaulle sintetiza, em Bordeaux, em discurso proferido no dia 15 de abril de 1961, esse espírito da primazia do político:

“La France doit remplir sa mission de nation mondiale. Nous sommes partout dans le monde. Il n'est pas un coin dans le monde où, à un certain moment, tous les hommes ne regardent pas vers nous et ne s'interrogent pour savoir ce que la France dit. C'est une grande responsabilité d'être la France, puissance humaine par excellence.” (citado por DUROSELLE, 1963, p. 393)

Alfred Grosser, especialista nesse período, concorda com essa interpretação: o essencial da herança gaullista “c'est la volonté de refaire de la France une des grandes puissances mondiales et de lui assurer une indépendance sourcilleuse à l'égard des autres Grands”. (GROSSER, 1961, p. 33). Desse modo, o primado do político permanece, mas o peso das questões internas é grande:

[...] “la politique extérieure a changé dans sa nature sans changer dans son contenu. La continuité est assurée quant aux problèmes posés. La façon de les affronter est déjà déterminée dans une large mesure avant que les constituants n'achèvent leur tâche. Mais la politique extérieure ne constituera pas, pour la IV<sup>e</sup> République, la seule préoccupation fondamentale. Pendant douze ans, on ne disposera plus du simplificateur que constitue une idéologie nationaliste. Parfois considérée comme une simple composante de la politique générale et même comme un épiphénomène, la politique extérieure sera désormais inséparable des luttes idéologiques internes. C'est qui rend son étude à la fois si difficile et si prenante.” (GROSSER, 1961, p. 35)

Grosser considera, ainda, a existência de um outro fator em jogo: a transformação do Quai d'Orsay, provocada pela mudança do perfil de seus membros, agora em grande parte composto de “d'éléments étrangers, inspecteurs des Finances, universitaires ou simples résistants” (GROSSER, 1961, p. 68), e que possuem uma mentalidade completamente diferente da dos diplomatas tradicionais. Em 1965, ao estudar nesse momento a política exterior da Quinta República, Grosser reconsidera, em grande parte, suas idéias de 1961:

“En effet, à l'époque, j'avais vu la grande différence entre le général de Gaulle des années 1944-1946 et la IV République, dans le fait que, pour le Général de Gaulle, la politique extérieure occupait une place dominante dans sa pensée politique globale, alors que, pour la plupart des hommes politiques de la IV République, les préoccupations de politique intérieure dominaient. Cela donne évidemment un éclairage différent à la politique extérieure. Cependant, en y réfléchissant bien, peut-on vraiment dire que la IV République n'a pas été marquée d'abord et essentiellement par la politique extérieure?” (GROSSER, 1965, p. 11)

Dessa forma, a política externa figura como o grande destaque da Quarta República, sendo justamente os fatores externos os elementos determinantes para a mudança de rumos. Obedecendo a

essa lógica, a partir do ano de 1947, os objetivos de 1944 – manter o ‘rang’ e a segurança em relação à Alemanha – são abandonados. A prioridade, doravante, será procurar a segurança em relação ao Leste, mediante a prosperidade gerada pela ajuda externa. A primazia será da Europa, com um elemento contraditório residual: o problema do Império, agora *Union française* (GROSSER, 1965, p. 12).

Todos os governos após 1947 aderem ao bloco ocidental de forma praticamente incondicional, através da aceitação dos créditos do Plano Marshall, da assinatura do Pacto Atlântico em 1948, da entrada na OTAN, em 1949 e também do apoio aos Estados Unidos nas questões alemã e coreana (AGULHON, 1990, p. 247).

Após a saída do General De Gaulle do poder, em janeiro de 1946, o governo do seu sucessor, Félix Gouian, assina os acordos “Blum-Byrnes” que, em troca do perdão de uma parte da dívida de guerra e novos empréstimos do BIRD, promove a abertura do mercado para os produtos americanos, em particular os cinematográficos. Dessa forma, os produtos *made in Hollywood* representarão, em 1952-1953, 70% dos filmes nas salas francesas (BERSTEIN and MILZA, 1991, p. 231).

Em junho de 1948 é assinado um acordo de cooperação franco-americano estipulando que a França devia garantir aos investimentos americanos o mesmo tratamento dado aos investimentos franceses, liberalizar o comércio exterior, fornecer aos Estados Unidos certas matérias primas estratégicas e estabilizar a moeda.

Esses tratados provocaram um grande debate. Para os comunistas e gaulistas, essa “colonização” da França pelos Estados Unidos fora provocada pela influência econômica e financeira propiciada pelo Plano Marshall. Para outros, a aliança com os Estados Unidos foi uma escolha intencional da classe dirigente francesa em defesa das instituições democráticas ante o perigo comunista.

A historiografia mais recente sobre o período considera que não houve por parte dos Estados Unidos pressão explícita sobre o governo francês para expulsar os ministros comunistas. Segundo Serge Berstein e Pierre Milza, não só a expulsão dos ministros tem causas internas, ligadas à oposição dos comunistas à política econômica e salarial, como a aliança privilegiada com os Estados Unidos é um pedido defensivo dos próprios países da Europa ocidental após o ‘*coup de Praga*’ e o bloqueio de Berlim por parte da URSS (BERSTEIN and MILZA, 1991, pp. 167-169).

A fidelidade “atlântica” dos dirigentes da Quarta República não os impede de procurar um contrapeso para contrabalançar a influência excessiva dos Estados Unidos na aliança ocidental. Em 1951, sob iniciativa de Robert Schuman, é criada a CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço) entre a França, a RFA e o Luxemburgo.

Segundo Alex McLeod (2002, p. 79), o problema central nessa conjuntura é a falta de uma definição clara a respeito do que seria a identidade nacional francesa, o que impediria uma clara determinação do interesse nacional e, por conseguinte, retardaria a formulação de uma política externa. A Quarta República, portanto, configura-se como um momento crítico, já que não era possível uma definição consensual sobre o que seria a identidade nacional, em função da fragilidade dos diferentes governos, da existência de numerosos partidos políticos, da forte oposição ao próprio regime das profundas divergências sobre a questão colonial.

Por outro lado, como a identidade nacional se constrói em relação ao outro, é importante considerar a imagem que o mundo tem da França. A França, ‘*pivot du plan Marshall*’, e pilar da

construção europeia, estava no centro da aliança Atlântica. Essa aliança privilegiada entre os Estados-Unidos e a França é acompanhada de intensa propaganda destinada a transformar as percepções negativas que as opiniões públicas de ambos os países tinham um do outro. Laurence Saint-Gilles mostra em detalhes como o governo francês, com apoio do próprio governo americano, desenvolve intensa propaganda para mudar nos Estados-Unidos a imagem do povo francês como um povo doente, corrompido, instável, em grande parte comunista. Era necessário trocar a imagem de ‘*weak sister*’, dotada de uma economia absoleta e praticante de uma política colonial ultrapassada, por uma França moderna, que mereceria ser ajudada pelo Plano Marshall (SAINT-GILLES, 2007).

## A salvação pela “máquina diplomática cultural”

Segundo Anne Dulphy, a França é o único país europeu a pretender, após a Segunda Guerra, conservar uma influência planetária, apesar de ter deixado de ser uma potência mundial e se encontrar em manifesto declínio (DULPHY, 1994, pp. 7-8). Mas quais são os meios concretos que a França, agora potência média, possui para conservar seu prestígio?

Ela não possui mais os meios econômicos, financeiros, nem tecnológicos para impor sua dominação, nem mesmo em regiões onde sempre tivera grande influência, como na América Latina e na Europa central e balcânica (BOUVIER et al. 1986, p. 268). O único elemento concreto com que ela parece contar nesse momento para tentar reconquistar sua grandeza – desejo de todos os responsáveis políticos da época – é seu grande império colonial. Praticamente intacto, ele ultrapassa os 11 milhões de km<sup>2</sup>, ou seja, equivale a vinte vezes a superfície da metrópole. Entretanto, apesar de perdurar ainda o mito da assimilação, a *Union française* será uma estrutura vazia, sobretudo após a longa guerra da Indochina. A partir de 1957 a independência das colônias é apenas uma questão de tempo. O fracasso da Quarta República, inclusive, está majoritariamente ligado à questão colonial.

Para os contemporâneos, ficou claro que a cultura era a única arma que a França possuía para ainda exercer alguma influência no mundo. Na Guerra Fria, que se iniciava entre as duas superpotências, a cultura tinha se transformado em um terreno privilegiado de enfrentamento. Os dois atos de batismo da Guerra Fria – a Doutrina Truman e o Relatório Jdanov – colocavam as questões culturais e ideológicas no centro das estratégias das duas superpotências.

Robert Frank (2003) considera que, após a Segunda Guerra Mundial, se inicia um novo período no qual a cultura francesa não será mais utilizada como instrumento imperialista para obter influência, mas como um mero instrumento para restabelecer o prestígio da França, em tempos de declínio e descolonização. O autor divide o período em quatro fases, segundo as quais diferentes lógicas orientaram o desenvolvimento do que ele chama de “máquina diplomática cultural”, a saber: 1ª fase (1945-1956): criação e consolidação de novas estruturas; 2ª fase (1956-1969): expansão, com uma nova orientação (criação, em 1956, da *Direction Générale des Affaires Culturelles et techniques* – DGACT); 3ª fase (1970-1980): retração/recolhimento; 4ª fase (1980-1990): redefinição dos objetivos, com orientação para a reciprocidade.

Neste trabalho vamos nos concentrar apenas no período da Quarta República (1946-1958), portanto, entre a primeira e no início da segunda fase. Deve ser levado em consideração que os esforços serão direcionados de forma diferenciada, em função de interesses geopolíticos e de condições concretas favoráveis e que, ao contrário do que afirma Robert Frank, nem sempre a política cultural foi apenas defensiva e não imperialista. Robert Frank (2003, pp. 339-340) elabora uma tipologia de quatro regiões a serem atingidas, cada uma delas exigindo um tipo específico de política cultural:

- 1) democracias ocidentais ou aliados (Itália, Inglaterra, Estados-Unidos, RFA etc.), onde já havia uma forte presença cultural francesa;
- 2) países não democráticos ou com possibilidades de mudança de regime (por exemplo, a Espanha franquista e a Polônia comunista);
- 3) novos países surgidos da descolonização, em particular as antigas colônias francesas e inglesas;
- 4) “países longínquos” (América do Sul, África do Sul).

É importante frisar novamente que a Guerra Fria, de natureza eminentemente ideológica, exacerbará as rivalidades culturais. Os Estados Unidos só partem ao “ataque” na Europa após terem testado suas armas culturais no continente americano:

“For US cultural diplomacy Latin America became the laboratory for the development of techniques to influence foreign cultures. (...) All possibilities of cultural propaganda that were eventually implemented after the Second World War, from the exchange of scholars and artists to the direct manipulation of the media, were initially tested in Central and South America.” (WAGNLEITNER, 1994, p. 51)

O principal instrumento da procura de consenso anti-comunista, complemento intelectual do *European Recovery Program* (ERP), será o *Congress for Cultural Freedom*, apoiado e financiado pela CIA, destinado a congregar os intelectuais e artistas opositores à URSS:

“The CIA, its financial freedom ensured by the 1949 Central Intelligence Act, channelled the money to the CCF (and many of its other operations) via its remarkable network of ‘dummy’ philanthropic foundations and willingly ‘witting’ allies among the corporate elites. The CIA apparently ‘adopted’ about thirty of the 15,000 already existing foundations in the US for this purpose.” (SCOTT-SMITH, 2002, p. 123)

Segundo o *Final Report of the Select Committee to Study Governmental Operations with respect to Intelligence Activities*, elaborado pelo Departamento de Estado:

“The CIA’s intrusion into the foundation field in the 1960s can only be described as massive. Excluding grants from the ‘Big Three’ – Ford, Rockefeller, and Carnegie – of the 700 grants over \$10,000 given to 164 other foundations during the period 1963-66, at least 108 involved partial or complete CIA funding.” (citado por SCOTT-SMITH, 2002, p. 123)

## As novas armas culturais francesas na América Latina

Bertrand Gès, inspetor geral dos Serviços de Informação no Estrangeiro do Ministério da Informação, constata em 1945 que, apesar de não existir entre a França e as dezoito nações latino-americanas nenhum conflito, era necessária uma política específica para a região, pelo fato de ela ter se transformado numa área cobiçada pelas grandes potências. Elas utilizavam todos os meios de propaganda disponíveis, na esperança de poder contar com o apoio desses países durante as conferências internacionais para reorganizar o mundo.

De fato, tudo indicava que a América Latina iria jogar um papel importante nas organizações internacionais. Por exemplo, na ONU ela já congregava dois quintos dos votos e a curto prazo ela poderia significar mais de um terço dos votos. No caso particular do Brasil, que se julgava uma potência de primeiro plano, mas injustamente afastada do concerto dos grandes, a França passaria a ser vista como uma aliada em potencial, em função de sua postura defensora das pequenas potências.

Bertrand Gès propõe então a criação de uma comissão presidida pelo diretor da sub-direção de América do Quai d'Orsay, composta por representantes dos ministérios interessados além de personalidades qualificadas, tendo como tarefa a elaboração e aplicação de um Plano de Ação e de Coordenação para a América Latina.

Nessa conjuntura crítica, era claro que a estratégia de conservação de zonas de influência francesa no mundo deveria girar em torno da tradicional ação cultural, restando apenas definir as continuidades possíveis e as mudanças necessárias no novo contexto internacional. Uma nota do SOFE (*Service des Oeuvres Françaises à l'Étranger*) já afirmava isso, em novembro de 1943:

“A une époque où notre rayonnement politique et notre expansion économique subiront longtemps encore les conséquences de notre démographie rapidement décroissante (sans même parler de la défaite de 1940 qui en est seulement la conséquence la plus visible) notre principale défense va reposer dans notre culture. Déjà, dans de nombreux pays c'est la seule position qu'il nous reste.” (citado por SUPPO, 2000, p. 813)

Segundo esse documento, o general De Gaulle propunha inclusive uma mudança radical nas estruturas da diplomacia cultural:

“Ayant constaté l'importance de l'action à entreprendre et la faiblesse des moyens dont dispose le Département, le Général de Gaulle envisagerait d'enlever aux Affaires Étrangères leurs attributions en cette matière et de créer à l'Éducation Nationale une direction générale de la culture française à l'étranger.” (citado por SUPPO, 2000, p. 813)

O Quai d'Orsay resistirá a esse projeto, que reduziria sua área de atuação, alegando que o Ministério da Educação Nacional não contava com experiência suficiente no assunto, sem contar o fato de que seria necessário muito tempo até que a adquirisse. Por outro lado, argumentava que se

corria o perigo de se confundir cultura com propaganda, como já estava acontecendo com a *Direction de Relations Intellectuels*, criada pelo Comissariado da Informação.

Finalmente, o Quai d'Orsay consegue impor seu ponto de vista e, por ordenança nº 45-675, em 13 de abril de 1945, transforma o SOFE em *Direction générale des relations culturelles et des œuvres françaises à l'étranger* (D.G.R.C.). Seu primeiro diretor será Henri Laugier, que vinha presidindo desde o início do ano a Comissão criada pelo SOFE para determinar o futuro das relações culturais entre a França e a América Latina. A Comissão era, em grande parte, composta de professores, a maioria tendo já lecionado na América Latina, como por exemplo, Emile Coornaert, Claude Lévi-Strauss, Pierre Deffontaines, Paul Rivet, Emile Brehier, Emmanuel de Martonne, R. Huygues e Jacques Soustelle.

O etnólogo Paul Rivet apresentara um relatório geral ressaltando que, dada a heterogeneidade cultural da América Latina, era necessária a criação de postos de Conselheiros Culturais específicos para cada país ou grupo de países. O Brasil era o único país que, pela sua importância estratégica, deveria ter dois adidos culturais. Os outros só teriam um, como o Chile e a Venezuela, ou dividiriam o mesmo por grupo de dois (Argentina-Uruguai, Peru-Bolívia, Equador-Colômbia, México-América central). As missões efêmeras deveriam acabar e deveria ser elaborado um “programa de ação complexo” para a América Latina (SUPPO, 2000, pp. 811-812).

Nesse primeiro momento, os professores universitários, assistidos por diplomatas, implementam a política cultural no Quai d'Orsay. Henri Laugier, Georges Bidault, ministro das Relações Exteriores (de setembro de 1944 a janeiro de 1946) e Jean Maugüé, sub-diretor da *Direction d'Amérique*, são os três professores.

Como prova da importância do novo organismo, instalado no quinto andar do prédio do Ministério, ele recebe no final dos anos 1940 mais de um terço do orçamento total do Ministério, e entre vinte e vinte e cinco por cento na década seguinte. Inicialmente é composto por dois setores: o *Service de l'enseignement, des missions scientifiques et des œuvres françaises à l'étranger*, congregador de maior parte dos funcionários e de meios, e o *Service des échanges culturels*<sup>1</sup>. Posteriormente, serão acrescentados o *Service des échanges artistiques* (em 1946), um *Bureau des relations avec l'U.N.E.S.C.O* (em 1947), e um *Service des activités d'information générale sur la France à l'étranger* (1948).

A chamada DGRC absorve todos os setores dos serviços de Informação, que se ocupavam de questões análogas, além de uma grande parte das atividades da *Action Artistique*. Dessa forma, ela ficará responsável pelas questões referentes ao cinema, à propaganda em geral, à organização de exposições e aos contatos com a UNESCO – questões que até então não eram da alçada do SOFE.

O Quai d'Orsay convoca imediatamente uma Comissão interministerial para determinar o futuro das relações entre a França e a América Latina, da qual não participam os professores que fizeram parte da comissão anterior referida. Apenas Paul Rivet, na qualidade de Deputado na Assembleia Constituinte, membro da *Commission des Affaires Étrangères* e diretor do *Musée de l'Homme* (SUPPO, 2000, pp. 814-815).

1 A categoria *échanges culturels* incluía diferentes áreas: livros e documentação, intercâmbios artísticos e científicos, missões de estudo, organização de manifestações artísticas (teatro, dança, música etc.), pesquisas arqueológicas etc.



## O "*Plan d'action pour l'Amérique latine*"

Como resultado do trabalho da comissão referida, um total de dezesseis reuniões<sup>2</sup>, realizadas entre junho e novembro de 1945, surge o chamado '*Plan d'action pour l'Amérique latine*', estabelecendo as diretivas gerais da política francesa para a região.

Os problemas que deviam ser enfrentados eram graves, já que, com exceção de uma ou duas embaixadas, a região era considerada "reserva de medíocres e de inativos". No futuro, o governo deveria escolher de forma mais rigorosa seus representantes na região, a fim de que eles pudessem dominar todos os meios de propaganda, além de primar pelo tato com as pessoas, uma vez que na América Latina imperam as relações pessoais.

O diagnóstico era claro: a influência francesa na América latina, que desde 1929 não aumentava, diminuía no período da guerra. As razões eram complexas e ligadas a fatores internos e externos à América Latina.

A nova política cultural devia levar em conta as mudanças acontecidas no Brasil, particularmente. Os aliados tradicionais da França, as classes dirigentes e abastadas – tradicionalmente francófilas – em sua grande maioria tinham sido pro-Vichy, considerando-o como o único regime capaz de acabar com a crise de autoridade herdada do *Front Populaire*. Elas eram agora hostis à França do ponto de vista político, ainda que continuassem a consumir produtos culturais franceses tradicionais (teatro, ópera, livros, moda, etc).

As novas classes em ascensão, podiam ser vistas como ignorantes do ponto de vista político, mas começavam, por meio do voto, a ter peso político (base do poder de Perón e Vargas). Elas simpatizavam com a França de forma "espontânea", estimuladas pela instrumentação ideológica dos líderes que idealizam as revoluções Francesa e Russa. Entretanto, elas praticamente não influenciavam a política externa, exceto no caso do México, por causa do enorme peso dos sindicatos. Entretanto, tudo indicava que no Brasil e no resto do continente elas representariam uma força importante no futuro.

Nas reuniões interministeriais, ficou determinado que os verdadeiros aliados da França no futuro seriam os membros da classe média – intelectuais, pequenos funcionários, pequenos comerciantes. Classe essa que estava em ascensão e que, embora não fosse considerada francófila e ser extremamente permeável à influência americana, considerava a França como o símbolo das ideias liberais. Uma circular de 1946, do Departamento América do Quai d'Orsay, se referia a esse setor social nos seguintes termos:

---

2 Os temas dessas diferentes reuniões são reveladores das áreas de interesse: "Aspect politique de la situation en Amérique Latine"; "Problèmes économiques en Amérique Latine"; "L'agence Havas"; "La langue française en Amérique Latine"; "Le livre français en Amérique Latine"; "Discussion sur l'enseignement et la diffusion de la langue française"; "La France et l'action des États-Unis en Amérique Latine"; "L'agence information"; "Radio et Cinéma"; "Les Comités de la France Libre"; "Directives pour la Radiodiffusion française vers l'Amérique Latine"; "Exposé du Général d'Astier de la Vigerie, ambassadeur de France au Brésil"; "Questions économiques"; "L'Alliance Française".

“Ils espèrent une France qui sera à la fois un reflet de celle de 89 et qui, en même temps, appliquera des formules nouvelles d’organisation politique, économique et sociale. On attend qu’elle montre la route, qu’elle donne des mots d’ordre, qu’elle trouve un équilibre dans un régime qui ne soit, ni le communisme, ni le fascisme, mais une sorte de large union démocratique pour la réalisation de grandes réformes sociales.” (citado por SUPPO, 2000, p. 819)

Os grupos de industriais e grandes comerciantes eram, em sua maioria, compostos por indivíduos de origem italiana, espanhola, alemã ou sírio-libanesa. Filhos ou netos de imigrantes, eles não eram francófilos.

A França então se apresenta na América latina como uma espécie de caminho intermediário entre os extremos, uma terceira posição, longe do capitalismo e puritanismo anglo-saxão tanto quanto do comunismo e ateísmo soviético. O fim do Estado Novo significara, nesse sentido, o triunfo das ideias liberais que a França encarnava.

A questão mais importante era determinar corretamente a política a ser seguida, e que esta desse continuidade aos dois objetivos históricos essenciais da política francesa na região: influência cultural e penetração econômica. Contudo, nesse momento o contexto é totalmente diferente, conforme afirma um documento confidencial elaborado durante as referidas reuniões:

“Après une éclipse de cinq ans, la jeunesse américano-latine a commencé à oublier la France. Elle considère souvent notre pays comme lointain, un pays de luxe, moins efficient que d’autres, qui ne peut lui apporter ce dont elle a besoin pour la lutte pour la vie. La langue française est en déclin, l’enseignement français en régression, l’exportation française arrêtée; et la France peut plus difficilement pourvoir que l’Amérique ou même la Grande-Bretagne aux nécessités de carrière des jeunes latino-américains.” (citado por SUPPO, 2000, pp. 816-817)

Para alguns bastaria retomar a clássica política cultural e o declínio seria revertido. Por exemplo, Raymond Ronze, secretário do *Groupement des Universités et grandes Écoles de France pour les Relations avec l’Amérique Latine*, considera que bastaria continuar aplicando o que ele chama de ‘*diplomatie de l’amitié*’. Em 1947, após uma viagem à América Latina, ele escreve:

[...] “en Argentine, en Uruguay comme dans tous les pays de l’Amérique du Sud, on obtient peu de chose par les procédés de la diplomatie officielle. En effet, on pratique partout l’art admirable de laisser traîner indéfiniment les négociations, de ne pas répondre aux questions, d’oublier les promesses les plus solennelles, même écrites. Le pire c’est que le fait même de demander l’exécution d’une promesse non tenue est considéré comme une injure.

D’où le caractère souvent décevant de la politique officielle de ces pays. Au contraire, on peut tout obtenir par ce que j’appellerai la “diplomatie de l’amitié”. Les Américains-latins sont des amis très fidèles quand on sait vaincre leur défiance naturelle et le complexe d’infériorité que certains manifestent.”

(...) “Il est très facile à une personnalité française traitant avec les Sud-américains à Paris d’obtenir la promesse d’une fondation universitaire. Bienveillant, enthousiaste, léger, le Sud-américain – qu’il soit ministre ou recteur – s’engage facilement.

Mais avec la même facilité et sans penser à mal il oublie ce qu’il a promis. Lui rappeler par écrit sa promesse est le blesser profondément. Car c’est lui faire constater sa légèreté. Se présenter animé par l’esprit juridique de l’observation des contrats, c’est l’indisposer profondément, car il est hypersensible. Et on peut être sûr de n’obtenir que très peu, le plus souvent de ne rien obtenir du tout.

Au contraire, aller saluer l’ami oublié, tomber dans ses bras et, sans rien réclamer, sans même faire trop allusion aux promesses anciennes (il est très fin et il comprend fort bien qu’il est en faute, tout heureux que l’on n’ait pas l’air de s’en apercevoir) on peut obtenir de lui quelque chose de précis. Mais il faut que le négociateur bénévole soit connu, aimé, et doté d’un certain prestige. Il est nécessaire aussi de s’armer de persévérance : il faut aller chaque année sur place pour amener nos amis à remonter les courants adverses. Telle est la méthode qu’a employée Georges Dumas avec tant de succès.”

(...) “dans tous les pays de l’Amérique latine, il n’y a pas séparation dans les fonctions sociales : les Ministres, les Professeurs, les écrivains sont en même temps des estancieros, sont cultivateurs et éleveurs, ou Avocat d’affaires, ou industriels.

L’amitié est le meilleur moyen de gagner la confiance des personnalités les plus diverses. L’ambassadeur culturel, s’il est connu et parle la langue du pays, est accueilli partout sans qu’on lui oppose les préventions qui paralysent le fonctionnaire d’une Ambassade étrangère.” (citado por SUPPO, 2000, pp. 835 e 838)

A propaganda intelectual deveria, segundo Ronze, continuar a ser feita de forma discreta, em meio a esse novo contexto nacionalista imperante nas “Repúblicas latinas da América”, utilizando de preferência as universidades e os intelectuais. Em razão disso, chega mesmo a propor o nome de Paul Rivet como candidato à sucessão de Henri Laugier como diretor da D.G.R.C. Rivet teria as três qualidades essenciais para o posto: prestígio acadêmico; representante da França da Revolução, da Resistência e da Liberação; militância nacionalista.

Perdura, nesse momento, a ideia que o poder de sedução da civilização francesa é capaz de concorrer e mesmo eclipsar o poder da civilização técnica, que os Estados Unidos e a Alemanha representam. André Siegfried, em sua conferência inaugural, dos estágios de formação dos futuros quadros administrativos do setor militar francês na Alemanha, em 1946, afirma:

“L’Allemand nous est sans doute supérieur au point de vue de la civilisation technique, mais nous sommes les représentants de la civilisation occidentale humaniste, dont les traits caractéristiques sont: le respect de la vérité philosophique, de l’individu (considéré comme but) ayant droit au respect de sa dignité, de la liberté (démocratie), de la tradition du christianisme et de la révolution du XVIIIe siècle. C’est ce que nous ne devons jamais oublier”. (citado por PICARD, 1999, p. 45)

A estratégia da D.G.R.C. para o Brasil é centrada na assinatura de um acordo cultural. Para esse fim, em 1946, é enviado Maurice Byé, professor da Faculdade de Direito de Paris e antigo professor da USP, com o objetivo de elaborar um projeto de convenção cultural baseado no princípio das vantagens da nação mais favorecida, sob reserva de reciprocidade. Nas cláusulas especiais, é previsto o reconhecimento da equivalência entre os diplomas brasileiros de segundo grau e o *baccalauréat* francês, assim como os títulos universitários. Todas as equivalências seriam outorgadas após realização de provas sobre a língua, a literatura, a história, a geografia, etc. de uma ou outra nação. Num primeiro momento, o Quai d'Orsay resiste à incorporação da cláusula de nação mais favorecida por temer provocar susceptibilidades nas relações culturais da França com outras nações, em particular com a Inglaterra.

Maurice Byé propõe, igualmente, uma reorganização dos serviços culturais franceses no Brasil. É interessante analisar os três argumentos que ele evoca para propor a supressão do posto recém-criado de adido cultural e sua respectiva substituição por um *Conseil des Relations Culturelles* – órgão independente da embaixada mas ligado diretamente à DGRC –, composto basicamente por universitários.

Em primeiro lugar, seria impossível encontrar uma pessoa com o perfil adequado, necessariamente um universitário que deveria se submeter às ordens da Embaixada. Caso ele tivesse renome, não aceitaria perder sua independência e, se fosse um *'universitaire de moindre envergure'*, não teria reconhecida sua autoridade pelos outros colegas franceses ensinando no Brasil, nem pelas elites brasileiras, que são *'très sensibles au prestige intellectuel'*. Por outro lado, o fato de ele aparecer como uma pessoa ao serviço da embaixada tiraria legitimidade a sua ação, levantando suspeitas quanto a uma eventual manipulação política.

Em segundo lugar, a figura do adido cultural estava muito marcada pela sua origem totalitária e do abuso que a Itália fez da propaganda cultural durante os anos 1930 no Brasil.

Em terceiro lugar, se por um lado Brasil, Estados Unidos e Argentina tivessem adidos culturais, era a Inglaterra – que não o possuía – que tinha tido os maiores sucessos na sua política cultural, graças a sua representação feita pelo *British Council*.

A proposta de criação do *Conseil des Relations Culturelles* não será aceita por ser considerada muito independente aos olhos da diplomacia, além de estar quase exclusivamente composta por universitários, o que poderia não estimular, de forma adequada, as relações artísticas e técnicas consideradas agora prioritárias (SUPPO, 2000, pp. 848-853).

Finalmente, Gabrielle Mineur será nomeada Adido Cultural e, em 1948, assinado o Acordo Cultural<sup>3</sup> franco-brasileiro, nas bases negociadas por Maurice Byé. Entre 1946 e 1958 a França assina

3 Ele estipulava:

- a) o envio e a circulação de livros, revistas, publicações literárias, artísticas, científicas e técnicas;
- b) o envio e a apresentação sem carácter comercial de filmes educativos, documentários ou apresentando um interesse cultural relevante, de discos e de outros modos de gravação sonora;
- c) as visitas de intelectuais e artistas;
- d) o emprego, no exercício normal das suas funções, de professores, técnicos, e expertos pelas universidades, colégios, liceus, escolas, laboratórios e outras organizações de ensino, de estudo ou de pesquisa;
- e) a criação de cadeiras e postos de leitores em universidades e outras instituições de ensino superior para o estudo da língua, literatura e história respectivas e de todos os outros temas interessando ambos países;

dezesesseis acordos culturais, que privilegiam duas regiões em particular: Europa, com nove acordos, e a América Latina, com cinco.

#### Acordos culturais assinados pela França (1946-1958)<sup>4</sup>

Tipo de acordo	País	Data assinatura França
Acordo cultural	Bélgica	22/02/1946
Acordo cultural	Países Baixos	19/11/1946
Acordo cultural	Áustria	15/03/1947
Convenção cultural	Inglaterra	02/03/1948
Aditivo acordo cultural 24/09/1945	Haiti	23/10/1948
Acordo cultural	Brasil	06/12/1948
Acordo cultural	Sarre <sup>5</sup>	15/12/1948
Convenção cultural	Itália	04/11/1949
Acordo cultural	Guatemala	26/09/1950
Acordo cultural	Turquia	17/06/1952
Intercâmbios culturais	Colômbia	31/07/1952
Acordo cultural	Japão	12/05/1953
Acordo cultural	Noruega	04/12/1953
Acordo cultural	Luxemburgo	08/02/1954
Acordo cultural	RFA	23/10/1954
Acordo cultural	Chile	23/11/1955

## A construção de uma nova imagem da França

Os temas do catolicismo e da latinidade, símbolos de afinidades e identidades em comum com a América Latina aos quais a França sempre esteve associada, são delicados de instrumentalizar no contexto do pós-guerra. Isso se dá em função dos regimes conservadores terem abusado do tema do catolicismo, assim como Mussolini e Franco o fizeram com o tema da latinidade.

Uma nova imagem da França deve ser construída, centrada na ideia de país campeão da liberdade e da renovação social, mas sem radicalismos. Um país respeitoso e defensor da autodeterminação dos povos americanos e que não tem nenhuma ambição territorial na região.

O Adido da Informação da Embaixada francesa no Rio de Janeiro alerta, em 1946, para a falta de meios concretos para impor uma nova imagem da França:

- 
- f) o envio e a apresentação de obras ou objetos de destinados a exposições de carácter artístico ou científico;
  - g) estadia de bolsistas;
  - h) as viagens de conferencistas;
  - i) os intercâmbios radiofônicos de carácter cultural.

4 Quadro baseado em PICARD, 1999, p. 184 e <http://www.doc.diplomatie.gouv.fr/BASIS/pacte/webext/bilat/SDF>

5 Região alemã confiada à tutela francesa.

“Elle ne peut se faire dans le vide, il faut des livres, des bateaux, des avions. Le Brésil est saturé de conférenciers, il attend des machines, des articles de Paris, un avion qui passe, un navire qui fait escale, assure une meilleure propagande que cent mille articles. Ces derniers ne sont possibles que si des preuves tangibles de l'existence et du redressement de la France viennent appuyer nos dires.” (citado por SUPPO, 2000, pp. 822-823)

A evolução da situação política interior da França desmente a nova imagem que se quer veicular, e acaba dividindo a opinião pública brasileira. As classes dominantes, assim como a pequena burguesia e os funcionários, estão inquietos pela radicalização. São os leitores dos jornais *Correio da Manhã*, *Jornal do Comércio* e *Jornal do Brasil*. Uma outra parte da opinião pública, ao contrário, olha com simpatia essa França revolucionária, aliada contra o imperialismo ianque. Estes são os leitores dos jornais *Diretrizes* e *Tribuna Popular*.

A questão do colonialismo francês é um problema que poderia prejudicar o processo de criação da nova imagem, sobretudo porque as comunidades sírias e libanesas são numerosas, influentes e organizadas no Brasil. A embaixada adota uma estratégia particular, adaptada às características do Brasil. Em dezembro de 1951, Gilbert Arvengas, o embaixador francês no Rio de Janeiro, a define nesses termos:

“Il n'existe pas au Brésil d'opinion publique proprement dite, mais plutôt un cercle restreint d'initiés entre qui se traitent les affaires politiques et économiques, il semble que les moyens les plus propres à combattre le courant anticolonialiste soient différents de ceux dont l'emploi est envisagé dans un pays démocratique comme les États-Unis.

Des brochures ou des films qui retraceraient de manière frappante les progrès d'ordre social, mais surtout et fatalement les progrès d'ordre économique, accomplis sous notre impulsion par tel territoire colonial, risqueraient de constituer des armes à double tranchant, en fournissant un aliment à la crainte et à la jalousie qui constituent actuellement les moteurs de l'anticolonialisme brésilien.

Par contre, l'Ambassade n'a eu qu'à se louer des procédés qu'elle a utilisés jusqu'à présent pour orienter dans le sens le plus favorable à nos intérêts les publicistes ou les hommes d'affaires qui lui ont paru les mieux disposés à l'égard de l'œuvre française d'Outremer. C'est ainsi qu'a pu être tiré le meilleur parti des voyages effectués au Maroc en 1950 par M. Assis Chateaubriand et tout récemment en Afrique du Nord par le sénateur Apolonio Salles”. [...] “Nous disposons enfin dans la presse la plus sérieuse de Rio de Janeiro d'un certain nombre de tribunes, grâce à des publicistes comme MM. Costa Rego<sup>6</sup> et Colaço<sup>7</sup>, qui entretiennent les meilleures relations avec l'Ambassade et font preuve à l'égard des problèmes coloniaux, et notamment de la question marocaine, d'une objectivité qui,

6 Costa Rego no *Correio da Manhã*, em 10 de fevereiro de 1952, define o colonialismo como uma "contingência natural, um fenômeno hierárquico, um processo de civilização". O colonialismo, afirma, "não é um crime, é uma missão" e a França, um dos países mais atacados na Assembléia da Organização das Nações Unidas, teria sido um dos países que mais contribui com a prosperidade no seu Império (saúde pública, educação, meios de transportes, portos, agricultura).

7 Thomas Ribeiro Colaço, monarquista português exiliado no Brasil, jornalista do jornal católico conservador *Correio da Manhã*, era um aliado incondicional da França na imprensa brasileira e considerado "un excellent ami du Service d'Information" français.

loin de se démentir au cours de la récente crise, leur a inspiré au contraire, des articles extrêmement courageux et utiles”. [...]

“L'équilibre ainsi obtenu paraît stable, puisqu'aucune voix discordante ne s'est faite entendre sur ce sujet brûlant depuis l'ouverture des travaux de l'ONU. Je craindrais qu'il ne fût compromis, si l'on voulait intéresser au débat une opinion publique qui s'est montrée jusqu'à présent parfaitement amorphe et que des esprits mal intentionnés pourraient, à leur tour, tenter de mobiliser, en vue de forcer la main aux cercles officiels et aux journalistes sérieux dont l'attitude nous donne actuellement pleine satisfaction.” (citado por SUPPO, 2000, pp. 824-825)

## Da tentação anti-americana à americanização?

Paradoxalmente, a França, que começava a ser vítima dos nacionalismos no Oriente Próximo, encontra na América latina um lugar onde ela pode se beneficiar, em grande medida, das reações nacionalistas contra a crescente influência dos Estados Unidos na região. Pode-se dizer que a América Latina é a única região no mundo onde o nacionalismo crescente joga a favor da França.

Contudo, conforme já fora assinalado, é vital para a França manter relações cordiais com os Estados Unidos durante a Guerra Fria. A estratégia consistirá, então, em tentar convencer os americanos de que a influência francesa não representava para seus interesses nenhum perigo, já que ela defendia os mesmos valores e, portanto, não seria uma concorrente. Entretanto, Bertrand Gès, Inspetor para América Latina do Ministério da Informação, alertava já em 1945, durante as reuniões interministeriais, que os Estados Unidos deixariam a França agir livremente na área do teatro, da literatura mas jamais nos setores das ciências e da pedagogia (SUPPO, 2000, p. 826).

Nesse novo contexto a França deve enfrentar também a concorrência da Inglaterra, que conta com o *British Council*, um instrumento de penetração cultural bastante ativo. A Itália e a Alemanha, momentaneamente ausentes, iriam se transformar num futuro próximo concorrentes importantes pois possuíam colônias importantes.

Uma nota interna da D.G.R.C. alerta, em 1957:

“La primauté de la France dans le domaine artistique est loin de pouvoir être considérée comme une position acquise. Non seulement, elle a besoin d'être réaffirmée en toute occasion mais elle doit être défendue contre une attaque concertée venant de nombreux pays étrangers qui veulent prouver qu'en fait la France n'est plus le principal représentant ni de la culture latine, ni de la peinture contemporaine”. (citada por PICARD, 1999, p. 146)

O domínio dos Estados Unidos se estende também ao plano cultural de uma forma avassaladora. Étienne de Croy, Encarregado de Assuntos franceses no Brasil, resume, em 1946, muito bem a nova situação:

[...] “en matière économique, la position américaine d’apparence inexpugnable, est en réalité fragile et menacée. Dans le domaine culturel, au contraire, l’inverse se produit et les résultats atteints par les États-Unis au cours de la guerre, quoique moins apparents et moins vantés, sont beaucoup plus réels et durables.” [...] “Bien que la vieille génération et certaines élites nous restent fidèles, la majorité des jeunes s’est laissée éblouir par les laboratoires, la bombe atomique, l’avion-fusée et le frigidaire. Elle manifeste un goût de la civilisation matérielle et du confort standardisé, un sens de la performance et de la réalisation technique qui s’exercent souvent au dépens de l’esprit, du sens critique et du sens esthétique. “L’américanisme” essaime.

Il y a lieu de noter ce fait en passant car il s’agit d’un phénomène durable. Nous devons tenir compte pour l’avenir de notre action dans ce pays que notre influence culturelle ne saurait plus être séparée désormais d’une réelle capacité de réalisation technique destinée à en démontrer la valeur.” (citado por SUPPO, 2000, pp. 827-828)

Desta forma, fica claro que uma presença econômica e técnica francesa frágil provocaria, inevitavelmente, posições culturais igualmente frágeis.

Em 1956, a crise de Suez, a última manifestação da “política da canhoneira” praticada pelas potências europeias desde o século XIX, e as independências do Marrocos e da Tunísia acabam definitivamente com as ilusões sobre a França como grande potência. A França era, de fato:

“une puissance moyenne don’t l’autonomie se trouvait limitée par le jeu des deux Grands, et notamment par le droit de regard exercé sur la politique étrangère par les dirigeants de Whashington.” (BERSTEIN and MILZA, 1991, p. 188)

Essa constatação terá consequências no plano interno, como a queda da Quarta República, e externo, como o relançar o projeto de construção europeu, que culmina com a assinatura dos Tratados de Roma, em 1957.

A DGRC se transforma, em 1956, em *Direction générale des affaires culturelles et techniques* (DGACT), e cria um novo setor destinado ao terceiro mundo, focado sobretudo nas antigas colônias e protetorados (Marrocos, Tunícia e Indochina). A incorporação da palavra *techniques*, assinala o interesse em dar uma nova dimensão à diplomacia cultural, mas os esforços na área são modestos – o essencial é destinado à difusão da língua e da cultura francesas.

Entretanto, progressivamente o novo setor adquire importância (PICARD, 1999, pp. 133-138). O Conselho de Ministros cria, em julho de 1957, uma comissão interministerial com o objetivo de elaborar um plano quinquenal, fixando as áreas de expansão prioritárias e as modalidades de reconversão das atividades culturais e técnicas francesas no exterior. A Comissão, presidida por Roger Seydoux, directeur da DGACT, é integrada por representantes dos diversos ministérios<sup>8</sup> e especialistas

8 Deveaux (directeur du Budget), Hirsch (commissaire au Plan), Perrin (haut-commissaire à l’Énergie atomique), Clappier (directeur de la Direction des relations économiques extérieures du ministère des Finances), Jaujard (directeur général des Beaux-Arts), Berger (directeur de l’Enseignement supérieur), Brunhold (directeur de l’Enseignement secondaire), Châtenet (directeur de la Fonction publique), Laurent (directeur général du Travail et de la Main d’oeuvre), Buisson (directeur général de l’Enseignement technique), Renaud (commissaire général aux Entreprises).



ligados à questão do livro, do ensino técnico, da recepção de estrangeiros, etc. Três objetivos são fixados: 1- aumentar todo tipo de exportação; 2- aumentar a influência francesa nas regiões onde não era mais possível estar presente (por exemplo, a Tunísia); 3- integrar essas duas ações na nova Europa em formação. A estratégia estava baseada em dois pilares: seduzir as elites estrangeiras com a modernidade francesa, entendida como ciência e técnica, e tornar as ações mais amplas, efetivas e racionais. O meio de ação proposto era a criação de um *Service de la coopération internationale*.

Ao fim de dez meses de trabalho, em setembro de 1858 – um dos nos últimos meses da Quarta República – o comitê de altos funcionários apresenta finalmente ao Conselho de Ministros, após importantes embates entre “modernizadores” e “tradicionalistas”, um vasto *Programme d’expansion et de reconversion des activités culturelles de la France à l’étranger*, no qual a orientação tradicional de centrar as atividades na cultura tradicional, tais como na área de Belas Artes e Literatura, é abandonada. Há consenso sobre a ideia de que ‘*si nous ne progressons pas, nous abandonnerons notre place à nos concurrents*’. Três prioridades são então fixadas: 1-modernizar os métodos e meios de difusão; 2- aumentar o número de professores de francês estrangeiros; 3- aumentar os intercâmbios científicos e a cooperação técnica. O plano quinquenal de expansão das atividades culturais da França no mundo dá ênfase ao plano científico e técnico e privilegia três regiões: Europa, Médio Oriente e América Latina.

O governo apoiará as novas diretrizes do *Plan quinquennal d’expansion*, em 1961 e a cooperação técnica representará 41% do total do orçamento da Direção. Entretanto, a mudança de orientação é lenta, nesse mesmo ano a parte do *enseignement et les oeuvres* é de cinquenta e sete por cento.

## Conclusão

Algumas semanas antes de ser eleito Presidente, com setenta e sete por cento dos votos, o General De Gaulle afirma, em discurso em Paris, no dia 02/12/1958:

“Parce la France a vocation à défendre les valeurs qui fondent la civilisation, le monde ne peut se passer d’elle. Dès lors la politique culturelle de la France n’est ni conjoncturelle, ni aléatoire. Elle correspond au rôle que la France doit jouer dans le monde. Elle exprime son être profond.” (citado por SAINT-GILLES, 2007, p. 238).

Outro período se inicia, dando continuidade à fase decisiva, compreendida entre 1947 e 1958. A Quinta República pode ser considerada a era das consolidações, já que uma nova política cultural é instaurada, significando o triunfo da chamada “autonomia do cultural”, com a criação, em 1959, de um ministério específico, o Ministério dos Assuntos Culturais. Desse modo, a Quarta República foi a incubadora das grandes mudanças da identidade cultural da França, e que terá repercussões fundamentais na sua diplomacia cultural, com o progressivo abandono da orientação seguida desde o final do século XIX.

André Malraux, nomeado ministro da Cultura, segundo o decreto de criação do novo ministério, ficaria encarregado, também, da *expansion* e do *rayonnement de la culture française* no exterior.

Os choques de competência com o Quai d'Orsay são mais uma vez inevitáveis, sobretudo após a elaboração do citado *Plan quinquennal d'expansion de l'action culturelle française à l'étranger*. André Malraux não esconde seu desejo de unificar no seu ministério a ação cultural externa e interna, relegando a DGRCST ao papel de simples gestonária. Michel Debré, Primeiro Ministro do primeiro governo da Quinta República, coloca um fim ao conflito:

“Je n'ai pas voulu céder à sa demande [celle de Malraux] de lui confier la direction des Affaires culturelles qui demeure au Quai d'Orsay, car il me paraît indispensable de conserver l'unité de notre action à l'étranger. Son génie n'a pas besoin de ces services pour affirmer la présence culturelle de la France hors de nos frontières ! Cependant, à ses yeux, c'est une ombre au tableau et Malraux, sans m'en faire ouvertement le reproche, y sera sensible”. (citado por PICARD, 1999, pp. 38-39)

Esta decisão confirma então a DGRCST como a instituição praticamente possuidora do monopólio da política cultural no exterior. Apenas a AFAA – Association Française d'Action Artistique – será controlada pelas duas administrações, não sem provocar alguns atritos de competência.

A máquina diplomática recupera e modifica paulatinamente seus instrumentos tradicionais, inclusive ao nível dos responsáveis do setor cultural. Henri Laugier e Louis Joxe, os dois primeiros diretores no pós-guerra, apresentavam ainda um perfil de continuidade com a Terceira República -intelectuais integrados no sistema político – , acrescentado da legitimidade de terem sido membros da *Résistance*. Os seguintes, Jacques de Bourbon-Busset e Roger Seydoux são quadros do próprio Quai d'Orsay.

Em 1969, é criada a *Direction Générale des Relations Culturelles, Scientifiques et Techniques* (DGRCST), sem que isto signifique uma verdadeira modificação no seu organograma. Trata-se, sobretudo, do desejo de assinalar que a dimensão científica da cooperação era integrada definitivamente.

A América Latina, e principalmente o Brasil, tinha sofrido uma profunda mutação e, sendo assim, esses novos tempos exigiam uma também nova política de cooperação, baseada prioritariamente na técnica e na ciência, como ficou plasmado no *Accord de coopération technique et scientifique* assinado entre a França e o Brasil, em 16 de janeiro de 1967.

Os resultados positivos a longo prazo da nova política iniciada pela “máquina diplomática cultural” da Quarta República serão consideráveis, como podemos verificar no próprio site da embaixada francesa no Brasil:

(...) “le Brésil est le premier partenaire de la France en Amérique latine pour la coopération scientifique, avec une attention particulière à la recherche et à l'innovation technologique (la France est le deuxième partenaire scientifique du Brésil après les Etats-Unis). La coopération scientifique est structurée autour de formations d'excellence entre universités et par des partenariats de haut niveau entre les organismes de recherche des deux pays. Ils portent notamment sur les mathématiques fondamentales et appliquées, les changements climatiques, les sciences sociales et humaines”<sup>9</sup>

9 <http://www.ambafrance-br.org/La-France-et-le-Bresil> (consulté en 28/01/2016)

Dessa forma, a cultura – quarta dimensão das relações internacionais – demonstrou ser uma arma tão ou mais poderosa que as outras três dimensões: a política, a econômica e a militar.

## Bibliografia

AGULHON, Maurice. La République. Nouveaux drames et nouveaux espoirs (1932 à nos jours), Tome II, Paris: Hachette, 1990.

BERSTEIN, Serge et MILZA, Pierre. Histoire de la France au XXe siècle. Tome III: 1945-1958, Bruxelles: Editions Complexe, 1991.

BOUVIER Jean, GIRAULT René et THOBIE Jacques. L'impérialisme à la française. 1914-1960, Paris: La Découverte, Coll. "Textes à l'appui", 1986.

DULPHY, Anne. La politique extérieure de la France depuis 1945, Paris: Nathan, 1994.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. Les changements dans la politique extérieure de la France depuis 1945 In À la recherche de la France (dir. Stanley Hoffmann), 345-394, Paris: Le Seuil, 1963.

FRANK, Robert. La machine diplomatique culturelle française au XXe siècle." *Relations Internationales*, n° 115, automne (2003): 325-348.

GROSSER, Alfred. La IVème République et sa politique extérieure, Paris: A. Colin, 1961.

GROSSER, Alfred. La politique extérieure de la Vème République, Paris: Éd. du Seuil, 1965.

McLEOD, Alex. L'approche constructiviste de la politique étrangère In Politique étrangère: nouveaux regards, edited by Frédéric Charillon, 65-89, Paris: Presses de Sciences Po, 2002.

PICARD, Emmanuelle. Des usages de l'Allemagne. Politique culturelle française en Allemagne et rapprochement franco-allemand, 1945-1963 Politique publique, trajectoires, discours. Thèse doctorat Institut d'études politiques de Paris, sous la direction de Jean-Pierre Azéma, Janeiro de 1999.

SAINT-GILLES, Laurence. La présence culturelle de la France aux États-Unis pendant la guerre froide 1944-1963. Paris: L'Harmattan, 2007.

SCOTT-SMITH, Giles. The Politics of Apolitical Culture. The Congress for Cultural Freedom, the CIA and post-war American hegemony. New York: Routledge, 2002.

SUPPO, Hugo R. La politique culturelle française au Brésil entre les années 1920-1950. Vol. 3, Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 2000.

WAGNLEITNER, Reinhold. Coca-Colonization and the Cold War: The Cultural Mission of the United States in Austria after the Second World War, Chapel Hill & London: University of North Carolina Press, 1994.